

Assembléia define formação de fundo de apoio sindical

A Assembléia Geral extraordinária dos empregados da CELESC e ELETROSUL, dentre os vários pontos discutidos, definiu a formação de um Fundo de Apoio Sindical. O Fundo será composto pelo desconto de 1% da arrecadação total das mensalidades do Sindicato de Florianópolis, durante cinco meses, a partir daí o desconto não será mais realizado até que se esgote a quantia arrecadada. O objetivo é destinar o fundo para atividades com o conjunto do movimento sindical e integração aos movimentos populares.

O economista da subseção do DIEESE dos eletricitários falou na assembléia sobre o Plano Collor e sobre os salários de abril das duas empresas (ver matéria).

Quanto a negociação com a diretoria da CELESC, a assembléia decidiu não apreciar a proposta da empresa. A Intersindical vai aguardar a posse da nova diretoria, para reiniciar as negociações.

Nova diretoria do SINERGIA assume dia 24

No próximo dia 24 acontecerá a posse na nova diretoria do SINERGIA. A solenidade terá lugar no auditório da FECESC (em frente ao banco redondo), às 19 horas. Estão sendo convidados para o evento toda a categoria e sindicalistas do Estado. Após a posse haverá uma confraternização em local a ser confirmado.

Ainda no espírito da posse, será lançado na próxima semana um **LINHA VIVA ESPECIAL** com um retrospecto da gestão que se encerra e com as linhas da proposta de trabalho da nova diretoria.

Durante a posse, será prestada uma homenagem especial ao sindicalista Warnel Cruz de Souza, fundador do SINERGIA, que com o término desta gestão está se despedindo da atividade sindical.



Lamentável Episódio

Mauro Guimarães Passos
Presidente do SINERGIA de Fpolis

Com o claro intuito de desviar a atenção da opinião pública sobre as falcatruas de sua gestão que ganhavam espaço na grande imprensa, no Tribunal de Contas do Estado e na própria Assembléia Legislativa, o ex-presidente da CELESC, Sr. Nogert Wiest, declarou no Jornal de Santa Catarina, do dia 02/04/90, que o presidente do Sindicato era um "marajá" da ELETROSUL onde "recebia o polpudo salário de Cr\$ 400 mil por mês".

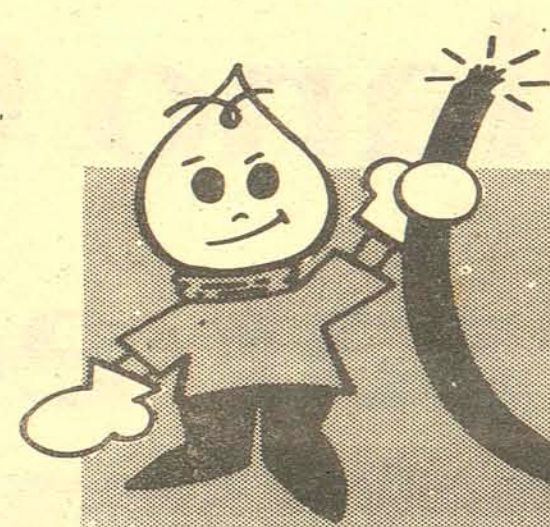
Embora sobre este assunto a Intersindical e a Aprosul já tenham se manifestado oficialmente e publicamente em nota paga nos principais jornais, e mesmo considerando ser assunto muito pessoal e constrangedor, entendendo que, em consideração e em respeito a categoria devo prestar, a bem da verdade, alguns esclarecimentos.

Conforme a tabela de salários, que por acordo é fixada nos murais da empresa, o salário base máximo da ELETROSUL em março findo é de Cr\$ 125.685,00, atingindo esta faixa chefes de departamento, assistentes de diretor, etc..., o que evidentemente não é o meu caso.

Cabe também esclarecer que o meu nível salarial não tem nada a ver com a minha atividade sindical. Muito pelo contrário, pois sabidamente os empregados que assumem esta luta ficam parados no tempo, sem receber qualquer tipo de promoção. Para chegar onde estou, nível 6 E, foi necessário uma atividade profissional digna, de um engenheiro com 18 anos de formado, dois cursos de pós-graduação e vários trabalhos publicados.

A opção que fiz pela atividade sindical, abrindo mão de uma carreira profissional das mais completas, foi consciente e, se deu justamente porque não conseguia me omitir diante de administrações inescrupulosas com o recurso público, contra as quais sempre me posicionei publicamente.

O que considero de lamentável neste episódio foi a falta de postura do presidente da principal empresa do Estado, Sr. Nogert Wiest, que tinha o dever e a obrigação de conhecer a tabela de salários da ELETROSUL e, inclusive, o salário de qualquer empregado, já que fazia parte do Conselho de Administração da ELETROSUL, e preferiu agir de má fé, atingindo a minha pessoa de forma tão leviana e irresponsável.



O JORNAL ELETRICITÁRIO

Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 93

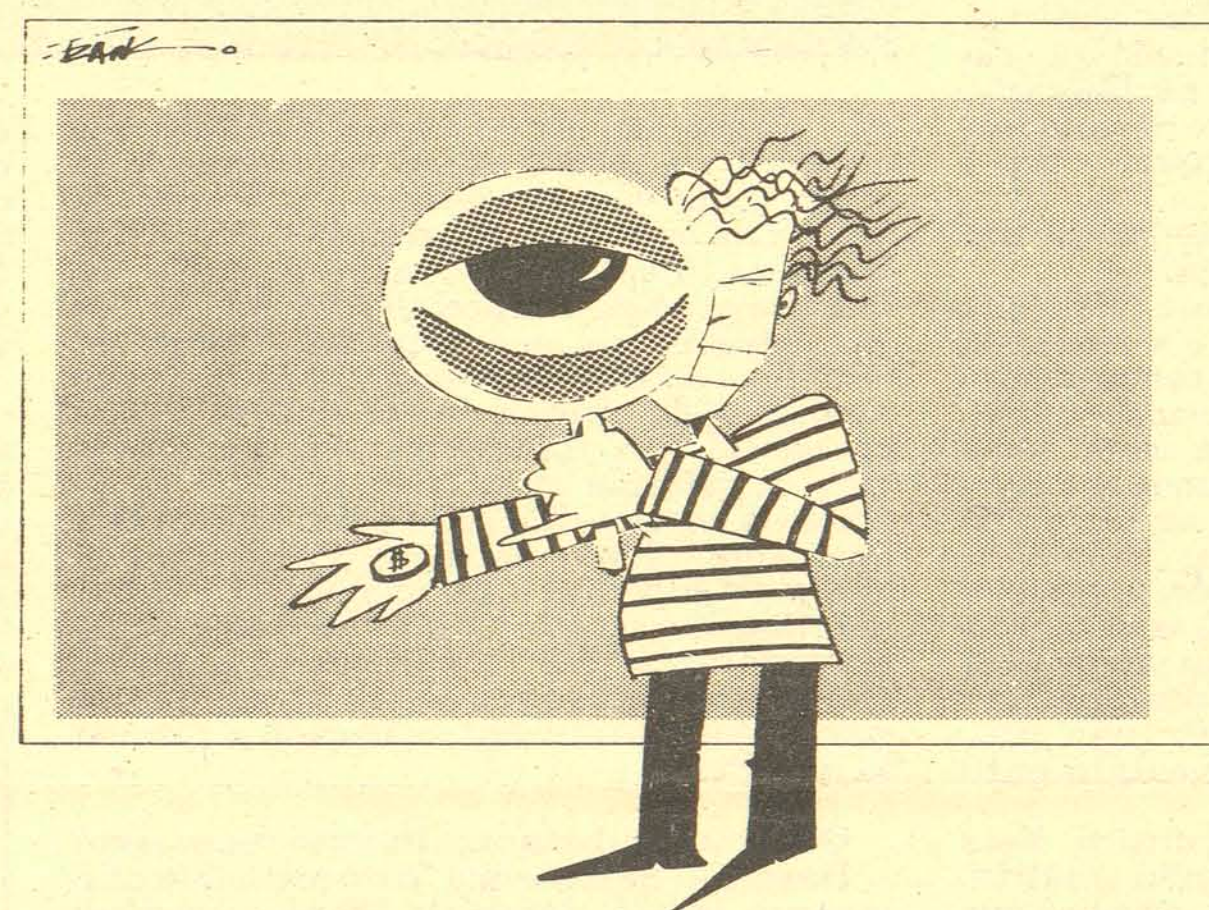
19/04/90

Salários congelados e produção paralisada: a recessão chegou

Quando foi lançado o Plano Collor se falava em uma prefixação de salários em torno de 40%. Doce ilusão! Os salários ficaram mesmo congelados, amargando um monstruoso achatamento. Exatos 84,32% do IPC de março e mais o IPC de abril (+/-40%) "sumiram" dos salários. Um arrocho de fazer inveja aos planos anteriores.

Pensando a partir da lógica ortodoxa do Plano, nada mais coerente do que a prefixação em zero: quem tirou dos salários o direito de recuperar perdas alegando controle de demanda, garantindo lucros altos para os capitais que sobreviverem à crise, não teria motivos para reajustar salários positivamente.

A expectativa do Governo de que o ajuste das empresas se daria pelos preços em queda se frustrou. Ao contrário, o que entrou



em colapso foi a produção de setores industriais da maior importância como bens de capital, bens de consumo duráveis, construção, insumos indus-

triais, etc... Ou seja: a recessão já é evidente, trazendo consigo o terrível desemprego.

MAL NECESSÁRIO?

Da necessidade de aca-

bar com a ciranda financeira e retomar a produção todos sabiam. O que não se esperava é que o Governo adiasse a ciranda através do confisco, alongando o vencimento dos papéis. Tudo isso sem qualquer indicativo de que haverá um direcionamento de recursos para a produção, apesar de já terem feito algumas liberações absolutamente insuficientes. Quanto tempo o Governo tem para administrar a recessão sem jogar o país em depressão? Até que ponto este processo é reversível?

Respostas a estas perguntas só podem ser dadas a medida em que os trabalhadores estiverem mobilizados para garantir a produção e empregos, e a distribuição da renda por redução das margens de lucro que seguram os preços.

Sobre o Plano Collor, leia entrevista com Walter Bareli nesta edição.

As perdas dos eletricitários

Os eletricitários da CELESC e ELETROSUL foram "contemplados" pelo Plano Collor com um reajuste de zero por cento em abril. Na ELETROSUL, será paga a antecipação compensável de 41,78%.

Os celesquianos, que em abril terão um salário real de

apenas 38,75 considerando-se o IPC de abril de 40%, acumulam uma perda salarial de 61,25% sendo que o reajuste necessário para recompor o salário da data base é hoje de 158,05%.

O pessoal da ELETROSUL,

considerando a ACM de 41,78% e o IPC de abril de 40%, terá um salário real de 52,36%, o que representa uma perda salarial de 47,64%. Isso quer dizer que o reajuste necessário para recompor os salários é de 170,94%.

Greve Geral: Eletricitários referendam posição da direção da CUT

Será realizado no dia 18 de abril, em Brasília uma Plenária Nacional dos trabalhadores em Estatais e dos funcionários públicos federais, para discutir o indicativo de greve geral para o dia 24. A CUT já tem uma proposta — construir um processo de esclarecimento e conscientização junto ao movimento sindical e popular quanto aos nefastos efeitos do Plano Collor.

Dentro desse processo é que será encaminhada a realização da greve geral, avaliando-se o melhor momento para sua deflagração.

A Assembléia conjunta dos empregados da Eletrosul e Celesc, de Fpolis, realizada no dia 10, referendou a posição da direção nacional da CUT. Na ocasião também foram eleitos os empregados que vão participar da Plenária

do dia 18. São eles Aldo Brito e Cláudio Antônio Ehrensperger. Pela diretoria do Sindicato de Florianópolis participará Delman Sérgio Ferreira, que no dia 17 também vai estar presente na reunião do Comando Nacional dos Eletricitários. Cada Sindicato da Intersindical dos Eletricitários do Sul do País ainda vai enviar um representante à Plenária.

Para Bareli, Plano Collor vai desnacionalizar economia

O plano Collor é um plano para salvar o capitalismo do Brasil?

Bareli — Da forma como ele foi redigido ainda não. Os trabalhadores já sabem que todos os planos feitos até agora foram apenas de ajustes, e nunca se completaram.

Simplesmente congelar e deter a inflação não reconstrói a sociedade. vai depender dos passos seguintes. O Plano Cruzado, por exemplo, que teve um sucesso inicial muito grande, não conseguiu terminar. Da mesma forma, o Plano Collor não define qual vai ser o padrão de acumulação privada que ele propõe — há indicações disso na liberação das importações e na criação do câmbio flutuante, e também não define qual o papel econômico que terá o Estado.

Pode-se afirmar que trata-se de um plano concentrador de renda?

Bareli — Neste momento é um plano que dá uma parada na economia, e a partir do dia 16 começou o processo de concentração de renda, pois nada foi modificado estruturalmente, as coisas continuam sendo como eram, com a diferença que o Estado se financiou. Continua a organização social capitalista atrasada que o Brasil tem.

A grande imprensa sugere, e parece que a população assimilou, que agora é o Plano ou o caos. Isso não se deveria ao fato de que o Movimento Sindical não conseguiu se contrapor com uma proposta alternativa de desenvolvimento para a economia?

Bareli — Isso é um jogo político. Esta questão de contraposição é muito relativa. O Plano já mostrou em vários aspectos que ele é irreversível: a moeda é o cruzeiro, os contratos feitos após o pacote tem validade, os prejuízos em função das aplicações no mercado financeiro já tiveram efeitos, inclusive antes das Medidas, com o feriado bancário,

O Coordenador Técnico Nacional do DIEESE — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, Walter Bareli, acredita que o Plano Collor é absolutamente recessivo. Nesta entrevista exclusiva para o Linha Viva ele critica a ausência de um plano de investimentos e alerta para uma provável desnacionalização da economia.

etc... Neste sentido os efeitos do Plano são irreversíveis. Agora, há outras formas de se tratar a questão do ajuste e a condução da economia brasileira. O grande medo é que qualquer alteração que venha a ocorrer no Plano leve o país a hiperinflação. Mas temos que perceber que nem o próprio Congresso e muito menos o Movimento Sindical têm condições de alterar determinadas regras que já existem, como estes aspectos que já citei. A reforma monetária já foi feita, os erros ou acertos são outra coisa e nada têm a ver com o Plano em si. O Brasil não está isento da hiperinflação apenas por vigorar este Plano, o caos seria o retrocesso à situação anterior ao dia 15. O Plano já teve seus efeitos e é impossível voltar atrás, mesmo que o Congresso tivesse se negado a aprovar as medidas.

O Plano é substancialmente recessivo?

Bareli — Sem dúvida, é corretíssimo afirmarmos isso. O desejo do Plano ao reduzir a liquidez é fazer com que, premiados pela falta de cruzeiros, os empresários venham a mexer na oferta de produtos na sociedade, e isso será feito com a diminuição da produção. Uma outra hipótese seria a de que usa-

riam esta redução de liquidez para rebaixar os preços, mas isso só vem ocorrendo em poucos casos. O que há são erros de concepção do Plano, como a tabela de preços que foi feita em um nível muito alto, estabelecendo um limite muito elevado, abaixo do qual dificilmente os planos caem.

Quando Collor usa a figura da "torneira", que controla a liquidez, ele não estaria falando da possibilidade de canalizar para o setor produtivo o dinheiro que estava na ciranda financeira, com critérios arbitrados pelo Governo?

Bareli — Esta é uma situação que mostra o quanto o Plano é incompleto. Não existe

um planejamento de investimentos e nada foi discutido com a sociedade. Poderia haver um plano de investimentos para todo este dinheiro que está represado, que era dinheiro poupado. Poupança só tem sentido quando se transforma em investimento, então a torneira tem que ser acionada, a seria isso o que nós faríamos na outra proposta que defendemos durante a campanha eleitoral. A idéia era retirar de circulação o dinheiro que estava na especulação e colocá-lo no setor produtivo, de uma maneira que o Brasil passaria a ter crescimento. O problema é que o Governo não sabe e não tem planos para investir a enorme quantia de dinheiro que está trancada no Banco Central.

E com a enorme entrada de capital externo que está prevista pelo Plano, o que se pode esperar para os trabalhadores?

Bareli — Tudo o que é feito sem regras, leva a prejuízos. A economia pode ser destruída, pois o capital estrangeiro pode, ao invés de vir para outros investimentos, para ampliar a nossa capacidade produtiva, vir justamente para comprar as atuais empresas. Ou seja, empresas nacionais — estatais e privadas — poderiam ser vendidas ao capital externo por um preço vil. O capital de fora viria para substituir o capital nacional estatal e privado. Seria a desnacionalização na economia, como já aconteceu no Chile, no México e na Argentina.

Sindicato de Condórdia pede integração à Intersindical

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Condórdia, se dirigiu à Intersindical solicitando novamente a sua integração ao fórum. A Intersindical, diante disso, manteve a sua posição quando ao assunto: a integração do novo sindicato é condicionada a um debate envolvendo a Intersindical e a categoria, sendo que o evento deveria ser organizado pela parte interessada; a participação na Intersindical deveria ser deliberada por as-

sembléia que reunisse toda a base do Sindicato de Condórdia (Celesc e Eletrosul).

A posição da Intersindical se deve ao fato de que a formação do referido Sindicato não ter sido realizada a partir de discussão de toda a categoria, inclusive não sendo a criação um consenso da base. Por outro lado, o movimento de criação da entidade não envolveu os empregados da Eletrosul, limitando-se a parte dos celesquianos da região.

Assembléia reduz contribuição sindical

Na assembléia geral do SINERGIA que aconteceu no último dia 10 foi tomada uma importante decisão: os empregados da Celesc que contribuíam com 1% do seu salário para a entidade vão passar a descontar apenas 0,5%.

A proposta foi apresentada pela diretoria do Sindicato para acabar com a diferença que vinha ocorrendo com relação às contribuições da ELETROSUL. O motivo pelo qual foi estabelecida a contribuição de 1%, que era a criação de um fundo para as campanhas da CELESC, já está equacionado.

Reajuste da GAM será anulado

O chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Dejandir Dalpasquale, garantiu à Intersindical que a resolução da diretoria da CELESC que reajusta as Gratificações de Ajuste de Mercado — GAM — vai ser anulada. A afirmação foi feita na mesma audiência que a Intersindical solicitou a abertura de inquérito para apurar irregularidades na Empresa.

A GAM foi utilizada como um "cala-boca", recaindo somente sobre alguns maiores salários da Empresa, caracterizando favorecimento, enquanto a maioria dos empregados segue com os salários mais baixos do Setor Elétrico de todo o país.

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FPOLIS

BALANCETE DOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO/90

INTERSINDICAL BASE ELETROSUL

Saldo disponível em 12/89 (conta 221-9).....	NCz\$ 21.134,24
Saldo disponível em 12/89 (Over).....	NCz\$ 1.271.328,31
Depósitos.....	NCz\$ 14.345,30
Pagamentos.....	NCz\$ 48.284,60
Saldo conta corrente (221-9) em 28/02/90.....	NCz\$ 3.937.604,08

Conta 2112-4 - Depósitos.....	NCz\$ 4.731.852,60
Pagamentos.....	NCz\$ 2.233.034,00
Poupança.....	NCz\$ 3.400.000,00
Saldo em 28/02/90 conta 2112-4 conta corrente.....	NCz\$ 493.153,02

A Intersindical Base Eletrosul é composta pelos seguintes Sindicatos: STI de Energia Elétrica de Tubarão; STI de Energia Elétrica de Lages; STI de Energia Elétrica do Vale de Itajaí; STI de Energia Elétrica no Norte do Estado de SC; STI de Energia Elétrica de Fpolis; Sindicato dos Administradores do Estado de SC; Sindicato dos Engenheiros do Estado de SC; STI Urbanas do Paraná; STI de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul; STI de Energia Elétrica do Estado do Rio Grande do Sul; STI Urbanas de Londrina; Sindicato dos Urbanitários de Maringá; Aprosul (Associação dos Profissionais da Eletrosul).

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE FPOLIS DEMONSTRATIVO DE RESULTADO em 28/02/90

Ø RECEITAS.....	3.880.650,85
(-) DESPESAS.....	825.886,92
(=) SUPERÁVIT DO PERÍODO.....	3.054.763,93
(-) INVESTIMENTOS.....	1.909.018,63
(+) SUPERÁVIT ACUMULADO.....	1.412.160,29
(+) DISPONÍVEL em 31/12/89.....	898.046,19
(=) TOTAL DO DISPONÍVEL.....	3.455.951,78

DEMONSTRATIVO DO DISPONÍVEL

CAIXA.....	8.101,43
CEF S/A CTA. MOVIMENTO.....	2.364.451,29
CEF S/A CTA. SINDICAL.....	146.373,56
CEF S/A CTA. POUPANÇA.....	937.025,50
TOTAL.....	3.455.951,78
CONTA ESPECÍFICA PARA CAMPANHAS DE MOBILIZAÇÕES CELESC (0,5% mens.)	
Recebido nos meses de 12/89 e 01/90.....	NCz\$ 142.863,98
Depósitos.....	NCz\$ 442.863,98
Saldo conta 535-3 (novo nº da conta) em 28/02/90.....	NCz\$ 952.228,26